



**A dança do ventre como prática de educação física na educação popular com mulheres
vítimas de violência na Amazônia amapaense**

**Belly dancing as a physical education practice in popular education with women victims of
violence in the Amapá Amaz**

Samanda Nobre do Carmo Saboia
Bruna Gabriela Marques
Universidade São Judas Tadeu
São Paulo-Brasil

Mesaque Silva Correia
Universidade Federal do Piauí
Teresina-Brasil

Resumo

Neste artigo, objetivamos socializar as vivências dançantes desenvolvidas por uma professora de dança do ventre com mulheres vítimas de violência no contexto da Amazônia amapaense. A investigação do tipo pesquisa-ação foi desenvolvida em dez encontros, com um grupo de doze mulheres. Para produção dos dados, utilizamos a observação participante; a entrevista dialógica freiriana; o Círculo de Cultura freiriano e o diário de campo. Os dados produzidos foram submetidos a análise compreensiva da fala. Assim como, validados pelas participantes. Concluímos que, o profissional de Educação Física quando inserido nas Instituições de Atendimento à Mulher em situação de Violência, contribui no acolhimento e encorajamento das vítimas. Que a dança do ventre, alicerçada no contexto da Educação Popular em Saúde, se constitui em um importante instrumento de empoderamento das mulheres.

Palavras-chave: Dança do ventre; Educação física; Educação popular em saúde; Mulher vítima de violência.

Abstract

In this article, we aim to socialize the dancing experiences developed by a belly dance teacher with women victims of violence in the context of the Amapá Amazon. The action research type investigation was developed in ten meetings, with a group of twelve women. To produce the data, we used participant observation; the Freirean dialogical interview; the Freirian Culture Circle and the field diary. The data produced was subjected to comprehensive speech analysis. As well as, validated by the participants. We conclude that, when the Physical Education professional is inserted in Institutions that Care for Women in situations of Violence, they contribute to welcoming and encouraging victims. That belly dancing, based in the context of Popular Health Education, constitutes an important instrument for empowering women.

Keywords: Belly dance; Physical education; Popular health education; Woman victim of violence.

Introdução

Este estudo se escreve nos objetivos do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade São Judas Tadeu – PPGEF/UST, mais especificamente, nos objetivos da linha de pesquisa: Promoção e Prevenção em Saúde. Escreve-se nos objetivos de dois grupos de pesquisa: Grupo de estudos sobre Pesquisa Qualitativa e Participativa – (USJT/CNPq) e Laboratório de Alfabetização Corporal – (LAC/UFPI/CNPq), certificados no Diretório de Pesquisa do CNPq. Trata-se de um recorte de uma pesquisa que se encontra em construção em nível de doutoramento, a qual, tem seu objeto de estudo inserido no contexto da Educação Física com foco na Educação Popular em Saúde. Desse processo investigativo-formativo emergiu o objetivo deste estudo – que é de socializar as vivências dançantes desenvolvidas por uma professora de dança do ventre com mulheres vítimas de violência no contexto da Amazônia amapaense.

Conceitualmente, a violência contra a mulher é caracterizada como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause a morte, danos ou ferimentos físicos, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como privado” (Brasil, 2011, p. 7). A declaração das Nações Unidas sobre a Erradicação da Violência contra as mulheres, adotada pela Assembleia Geral da ONU, em 1993, conceituou a violência contra a mulher como “qualquer ato de violência apoiado no gênero que produza ou possa produzir danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais na mulher incluindo as ameaças, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade tanto na vida pública como na privada”. Casique e Furegato (2006) apontam que a violência contra as mulheres se refere ao maltrato físico, assim como o abuso sexual, psicológico e econômico, constituindo-se como resultado da condição subordinada da mulher na sociedade.

Segundo dados da Fundação Perseu Abramo, no Brasil, no ano de 2023, a cada 15 segundos, uma mulher foi espancada dentro de sua própria casa. Na maioria das vezes o agressor é o próprio companheiro. Os motivos mais comuns das agressões são: ciúmes, alcoolismos e machismo (Brayner, 2013). Apesar de toda a informação que circula no meio de comunicação, da criação de delegacias especializadas para esse tipo de crime, muitas mulheres ainda sofrem caladas e não denunciam o agressor.

Dados que são corroborados pelo relatório de violência contra a mulher apresentado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizado no segundo semestre do ano de 2022, o

qual, demonstra que no primeiro semestre do ano de 2022, 699 mulheres foram vítimas de feminicídio, média de 4 mulheres assassinadas por dia. De acordo com o Fórum, este número é 3,2% mais elevado que o total de mortes registrado no primeiro semestre de 2021, quando 677 mulheres foram assassinadas. Indicando um crescimento contínuo das mortes de mulheres em razão do gênero feminino desde 2019. Em relação ao primeiro semestre de 2019, o crescimento no mesmo período de 2022 foi de 10,8% (Brasil, 2023).

Ainda segundo dados do Fórum, a região amazônica foi a que teve maior crescimento no primeiro semestre do último quadriênio, com elevação de 75%. Comparando o total de mortes deste ano com o ano anterior o crescimento foi de 9,4%. A região Centro-Oeste também teve crescimento significativo, com 29,9% de elevação entre 2019 e 2022 e 6,1% de crescimento apenas este ano (Brasil, 2023). Sinalizando para a necessidade de implantação de políticas públicas amplas e articuladas, que objetivem compreender este problema social em todas as suas expressões. Diante dessa problemática, os processos de Educação Popular em Saúde, apresentam-se como uma das possibilidades viáveis para o acolhimento dessas mulheres e enfrentamento das mais variadas ações de violência (Brayner, 2013).

Isto porque, a Educação Popular radicalmente freiriana, se constitui em um processo político-pedagógico realizado na sociedade civil, que permite que grupos socialmente oprimidos, possam ver, compreender a realidade à qual participam, expressar a realidade, expressar-se, descobrir e assumir a responsabilidade de ser elemento de mudança na realidade. Assim, uma definição mais precisa para a Educação Popular tem sido associada à necessidade de explicar, junto às camadas populares, a sua condição de subalternidade e as possibilidades transformadoras inerentes a essa condição (Rodrigues, 1999; Mello Neto, 1999; Wanderley, 2010). Nesta perspectiva, se constitui e se revela, enquanto possibilidade concreta para desenvolver em mulheres vítimas das mais variadas ações de violência uma postura crítica frente à realidade vivida.

Quando falamos em Educação Popular em Saúde, entendemos como entende Vasconcelos (2001), como um movimento social de profissionais, técnicos e pesquisadores empenhados no diálogo entre o conhecimento técnico-científico e o conhecimento oriundo das experiências e lutas da população pela saúde. Nas esteiras do pensamento de Stotz (2005, p. 55), “o princípio nuclear da Educação Popular em Saúde, encontra-se, no fato de tomar como referência primeira do processo educativo o saber anterior das classes populares [...]”.

A dança do ventre como prática de educação física na educação popular com mulheres vítimas de violência na Amazônia amapaense

Já que, “na saúde isso significa considerar as experiências das pessoas e dos movimentos sociais e organizações populares (em sua luta pela saúde) nas comunidades de moradia, de trabalho, de gênero, de raça e etnia”.

Desta forma, o profissional da Educação Física quando inserido nos Programas de Promoção da Saúde em Instituições de Atendimento à Mulher em situação de Violência é incentivado a pensar a saúde em uma perspectiva multifacetada e a vivência das práticas corporais e de atividade física com uma ação capaz de promover saúde para além dos aspectos fisiológicos, mas ajudando nas dimensões sociais, psicológicas, emocionais e espirituais, nos âmbitos individual e coletivo.

Nesse sentido, no desenvolvimento da prática laboral nas Instituições de Atendimentos à Mulher em situação de Violência, o profissional de Educação Física ao estabelecer diálogos com a Educação Popular em Saúde, promove a vivência de um conjunto de práticas corporais que favorecem o desenvolvimento do diálogo pautado na escuta verdadeira, na sensibilidade e mobilização das mulheres diante das questões que se apresentam, possibilitando o desenvolvimento de uma postura problematizadora frente a leitura crítica da própria realidade.

Desta forma, para que o profissional de Educação Física que atua nas Instituições de Atendimentos à Mulher em situação de Violência desenvolva uma prática profissional orientada pelos princípios da Educação Popular em Saúde, torna-se necessária a reflexão trazida pelo educador brasileiro Paulo Freire, de que: “só há sujeitos em relação”, e, neste sentido, as mulheres envolvidas na ação educativa necessitam se constituir como protagonistas de ações de transformação às situações-limite da sua realidade, objetivando sua emancipação, buscando a superação da condição de opressão ao inédito libertário (Brayner, 2013).

Assim, o agir educativo do profissional de Educação Física alicerçado nas esteiras da Educação Popular em Saúde, junto a mulheres vítimas de violência, deve se constituir como uma ação que se alimenta no diálogo entre os sujeitos, e, em práticas corporais que possibilitem com que as mulheres participantes da ação educativa se reconheçam como corpos, ao se reconhecerem como corpos possam se reconhecerem como gente, ao se reconhecerem como gente que sejam capazes reconhecerem os processos de opressão os quais encontram-se submetidas (Brayner, 2013).

Caminho metodológico

Tipo de estudo

O estudo em questão é de natureza qualitativa do tipo pesquisa-ação. A escolha da pesquisa justifica-se pelo fato de que no desenho da pesquisa-ação pesquisadoras e sujeitos da pesquisa – são sujeitos de um mesmo processo de exercício da cidadania que visa a transformação de si, do outro e da sociedade (Thiollent, 2006).

Local da pesquisa

O local onde se desenvolveu a pesquisa foi o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência – CRAM, que fica localizado na Amazônia amapaense, mais especificamente, na cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá. É importante dizer, que atualmente o CRAM atende 80 (oitenta) mulheres vítimas de violências (física, psicológica, sexual, moral, patrimonial). Entretanto, este estudo foi realizado com um grupo de doze mulheres, que de forma voluntária aceitaram participar da pesquisa.

Instrumentos de produção de dados

Para captar o novo emergente, utilizamos a observação de natureza participante para conhecer o cotidiano do Centro, o dia a dia das participantes no centro e as interações e significações que realizavam no decorrer da pesquisa. Segundo Brandão (2005), a observação participante é uma técnica de produção de dados que possibilita o pesquisador ao observar o fenômeno investigado possa participar e interagir com o grupo.

Os dados oriundos da observação, foram registrados num diário de campo, onde foram descritas a rotina do Centro, a política organizacional e a cultura de trabalho, além da realidade vivida por cada mulher participante do estudo. Para Denzin e Lincoln (2006), no contexto da pesquisa qualitativa, o diário de campo constitui-se em um importante instrumento para registro dos acontecimentos do campo para posterior análise reflexiva dos eventos registrados.

Além disso, foi realizada uma entrevista dialógica freiriana, com o objetivo de dialogar sobre a problemática da violência. A entrevista dialógica freiriana é entendida por Moraes Junior (2021, p. 96), como instrumento de produção de diálogos em que por meio dele os sujeitos da pesquisa elevam a “percepção de sua realidade; em cada pergunta e pronúncia, este vê-se no contexto de sua fala, em suas memórias; e, com o aprofundamento do diálogo, reflete criticamente sobre sua palavra. Assim, descodificando a temática dialogada junto/a

ao/à pesquisador/a. fundamenta-se “no compromisso ético-político (amorosidade), aproximar-se em igualdade (humildade), (re)conhecer seu interlocutor/a – coautor/a – como um ser criador/a que (re)faz o mundo (fé nos seres humanos)” (Morais Junior, 2001, p. 98).

Além disso, as experiências dançantes aconteceram no ‘Círculo de Cultura freiriano’. O Círculo de Cultura foi sistematizado por Freire (1991) e encontra-se fundamentado em uma proposta pedagógica democrática e libertária, promovendo uma aprendizagem integral, que rompe com a fragmentação e requer uma tomada de posição perante os problemas vivenciados em determinado contexto.

Trata-se de uma estratégia de dinâmica de grupo, metodologicamente organizada, ancorada em uma concepção educacional que promove a horizontalidade das relações pedagógicas e é orientada pelo diálogo, pela escuta verdadeira. Constituindo-se, em uma práxis pedagógica comprometida com a emancipação humana (Freire, 1991).

Metodologicamente entra-se dividida em três etapas: 1) a investigação da realidade concreta – momento em que se atua para extração das questões geradoras de debate segundo a percepção dos sujeitos da pesquisa; 2) Tematização – etapa em que se discute sobre as questões levantadas com o objetivo de ampliação que os sujeitos tomem consciência da realidade vivida, nesta fase já se ventilam possibilidades para mudanças; 3) Problemática – fase em que o grupo atua com as questões problemas, nesta fase, espera-se uma postura problematizadora dos sujeitos, a ampliação dos diálogos, o exercício verdadeiro do processo de reflexão-crítica-ação e releitura do mundo (Freire, 1991).

Técnica de análise dos dados

Os dados produzidos em decorrência da vivência foram submetidos a análise compreensiva da fala – a qual permite a análise de discursos situados em contextos e vinculados ao sujeito da fala e ao local de onde fala (Pereira, 2004). Assim como, foram validados pelas mulheres participantes. Entendemos, nesta pesquisa, que no contexto das pesquisas participativas a participação deve acontecer em todas as etapas, incluindo na interpretação e análise dos dados (Brandão, 2005; Demo, 2011).

Questões éticas e legais

O estudo foi realizado de acordo com a Lei nº 169/96 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, tendo sido aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo os Seres Humanos da Universidade Federal do Piauí- UFPI. Portanto, para o início do estudo e

certo da escolha no amparado do parecer número: 4.249.502 do CEP (Comitê de ética e pesquisa), CAAE: 35307520.1.0000.5214. Para viabilizar a produção de dados foi disponibilizado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e da autorização de uso de imagens para fins deste estudo.

Desnudando o cotidiano do Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência – (CRAM)

A pesquisa empírica foi desenvolvida no decorrer de 10 (dez) encontros que aconteceram no transcorrer do mês de agosto e setembro do ano de 2023. As participantes do estudo tinham entre 30 a 50 anos de idade, em sua grande maioria possuíam o Ensino Fundamental e Médio completo e estavam em pleno exercício profissional. Nascidas na Amazônia amapaense, são herdeiras das ervas, dos chás, do artesanato, das danças marajoaras e ancestrais, dos saberes espirituais. Resumindo, as participantes da pesquisa, são mulheres que,

*A vida delas se fez romance,ⁱ
De tristeza e ilusão,
Parece que o destino,
Foi que fez traição,
Delas a esperança é perdida,
Quando dançam, dançam a vida,
As marcas deixadas pela violência,
Dói em qualquer coração!*

(Saboia; Correia, 2024).

No decorrer dos dois meses realizei visitas frequentes ao Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência – (CRAM), as quais permitiram conhecer a dinâmica de funcionamento do (CRAM), as estratégias de acolhimento às mulheres e os processos de politização dos serviços oferecidos pelo Centro. De acordo com a gestão em exercício, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher, desenvolve ações sociais que objetivam o atendimento gratuito coletivo e individualizado aos municípios do Estado do Amapá. Em seu funcionamento integra diferentes órgãos governamentais e não-governamentais com o objetivo de oferecer às mulheres vítimas de violência informação, atendimento e acolhimento. Segundo a gestora, os serviços oferecidos adentram ao plano da humanização, da cidadania, da cultura e da política. Esclareceu:

A dança do ventre como prática de educação física na educação popular com mulheres vítimas de violência na Amazônia amapaense

O CRAM foi idealizado para oferecer às mulheres vítimas de violência muito mais que atendimento e receber suas denúncias. Enquanto instituição social buscamos acolher as dores das mulheres que nos procuram e por diversas vias ajudá-las a superá-las. Junto dos atendimentos psicológicos, de assistência social e jurídico, desenvolvemos atividades realizadas durante o acolhimento, as quais objetivam evidenciar a valorização daquela mulher, favorecendo as qualidades e valorizando a força feminina. As aulas de dança são uma dessas estratégias por nós utilizadas, pois a dança possibilita a integração, a troca e favorece o encorajamento (Gestora em exercício).

No decorrer da minha estadia no CRAM pude comprovar o dito pela gestora, um exemplo são as atividades culturais realizadas a cada 15 dias as quais aglutinam cultura e política. Exemplo: aula de dança e momentos de reflexões políticas; sessão de cinema e momentos de reflexões sobre as questões sociais e culturais das mulheres; atividades de jardinagem e palestras de empreendedorismo. Para Casique e Furegato (2006) desenvolver políticas de atendimento a mulheres vítimas de violência demanda uma mobilização e um esforço constante dos órgãos governamentais e não-governamentais, requer um olhar atento para o cotidiano vivido por estas mulheres e aclama pensar em serviços que levem as mulheres a tomarem consciência da própria realidade, posicionar-se frente a ela e construir estratégias individuais e coletivas para superação. Rocha (2005), nos lembra que o setor de saúde tem protagonizado iniciativas ao longo dos últimos 20 anos, com movimentos de avanços e, por vezes, retrocessos no atendimento a pessoas vítimas de violência. Tais profissionais ocupam um lugar estratégico na atenção a mulheres em situação de violência, ao trabalharem em um serviço cuja política é “[...] desenvolvida com o mais alto grau de descentralização e capilaridade, próximo da vida das pessoas” (Brasil, 2012, p. 19).

Reflexões sobre uma experiência dançante com mulheres vítimas de violência na Amazônia amapaense

Ao iniciar a pesquisa, busquei realizar um cuidadoso processo de inserção junto às participantes. O instrumento de produção de dados que mediou esta aproximação foi a entrevista a qual Moraes Junior (2021) caracterizou como ‘entrevista dialógica freiriana’ – por meio dela, produzimos diálogos sobre a temática da violência. Momento de extrema relevância para o desdobramento da experiência dançante que estava por acontecer. No decorrer dos diálogos, busquei exercitar a escuta verdadeira. Na filosofia freiriana, a escuta se apresenta como condição essencial ao desenvolvimento de uma prática educativa

democrática – para ele, a escuta verdadeira supera a capacidade auditiva e distância da pura cordialidade, adentra ao campo do sensível e da criticidade (Freire, 1991).

Ao longo dos diálogos, busquei entender como essas mulheres significavam suas experiências com a violência, quais feridas ainda estavam abertas e quais marcas foram deixadas. Os depoimentos das participantes 3, 6 e 10, traduzem as significações dessas mulheres sobre a violência:

A violência que me trouxe aqui, me dói falar, mas hoje sei que é necessário, a violência chega até nós sem pedi licença, entra em nossas vidas e se instala, uma vez instalada é difícil se livrar dela, porque ela estabelece um labirintos violentos que nos deixa sem saída. No meu caso, começou com a voz mais alta, passou para grito, para agressão verbal até chegar à física. O grande problema, é que na maioria das vezes nos sentimos culpadas por tudo, dá medo, dá vergonha, dá vontade de morrer (Participante – 3).

Ouvindo a colega falar parece que ela tá falando de mim, dos meus medos, das minhas angústias, da minha vontade. No meu caso, assim como o dela, começou de forma sutil e chegou ao extremo da violência física, por conta dela perdi o convívio com a minha família, porque na maioria das vezes as pessoas se afastam para evitarem problemas, com meus amigos mais próximos que mais me julgavam do que ajudavam, dos meus filhos, porque a dor, a vergonha me sucumbia (Participante – 6).

Me desculpe, é que as feridas ainda estão abertas aqui. Acredito que enquanto houver uma mulher sendo violentada ela não cicatrizará. Você nos pergunta sobre as dores, as marcas, as cicatrizes e eu respondo que são infinitas e de distinta natureza, estão na alma, na pele, na memória, nas minhas roupas, no olhar de compaixão dos meus filhos, na vergonha estampada no meu rosto. Mas também está aqui, na minha vontade de superar, de saber que a justiça pode ser feita, que assim como eu, muitas Marias e Joanas ainda podem e devem ser felizes e que elas se bastam (Participante – 10).

Pelas narrativas das participantes, podemos observar que as ações de violência seguem um certo padrão e uma ordem cronológica de acontecimentos, na maioria das vezes inicia com alteração da voz, passa para gritos, posteriormente para a agressão verbal até chegar à física. O segundo aspecto a ser analisado é o impacto que as violências causam, provocando feridas difíceis de serem cicatrizadas. Por fim, podemos observar o movimento dialético que as próprias mulheres atribuem às marcas da violência – ao mesmo tempo que provoca dor, a violência mobiliza essas mulheres a lutarem por justiça.

A dança do ventre como prática de educação física na educação popular com mulheres vítimas de violência na Amazônia amapaense

Casique e Furegato (2006) explicam que em todas as culturas do mundo, as mulheres vivem em condições de desigualdade social em relação aos homens. Estas desigualdades adquirem diferentes manifestações e magnitudes, a mais extrema é a cultura das violências que se manifestam de diferentes formas, em distintas circunstâncias e com diversos tipos de atos, deixando marcas difíceis de apagar e exigindo do poder público políticas públicas de combate e assistência às mulheres em situação de violência.

No decorrer do diálogo, as participantes - 1, 5, 7 e 8 manifestaram-se dizendo que:

A violência contra a mulher é uma das maiores perversidades que existe no decorrer da existência da humanidade. É uma violência que perfura a alma, destrói vidas, afeta todo mundo, ainda que muitos fechem os olhos para ela. Infelizmente, encontra-se enraizada na sociedade (Participante – 1).

É uma violência que não marca só o corpo físico, deixa marcas na alma. Chega devagar e aos poucos invade a vida das mulheres, e acaba deixando na maioria das vezes num beco sem saída. Eu não me sinto bem falando das coisas que já passei, mas sei que é necessário (Participante –5).

A pior situação a que uma mulher pode ser submetida é a situação de violência, porque quase sempre ela se sente responsável e merecedora da ação violenta. É uma coisa que o tempo não apaga e que as feridas ficam quase sempre expostas, visíveis no olhar, na ausência do sorriso, na forma de caminhar, na dificuldade para falar com as pessoas, na culpa que a mulher assume (Participante –7).

Não tem rosto, não tem nome, não tem como eu descrever. Eu sempre busco uma explicação convincente para mim mesma para as coisas que passei, como não percebi quando ela iniciou e porque fui me submetendo às situações de violência. Não sei! É sem explicação! (Participante –8).

Nas narrativas apresentadas pelas interlocutoras, podemos observar a significação da violência para além dos aspectos físicos, adentrando aos aspectos psicológicos e emocionais das participantes. Brasil (2012) alerta que, a violência contra a mulher é uma questão grave, que impede a realização do pleno potencial de trajetórias pessoais. Além disso, quando uma mulher é violentada, a violência ultrapassa o plano individual, famílias inteiras são marcadas pela violência e, assim, limita-se o desenvolvimento global da sociedade. Nesse sentido, Rocha (2005) assevera que a elaboração e aprovação de medidas legislativas que visem prevenir e combater a violência de gênero e a discriminação à mulher constitui medidas importantes, que precisam ser substantivadas por meio de ações governamentais, no âmbito do Executivo e da atuação do Judiciário. Além disso, necessitam

de estratégias midiáticas para torná-las conhecidas da população e de garantir-lhes o acesso à Justiça.

E eu, mediante a escuta verdadeira, pensando cheguei e compartilhei com elas o seguinte entendimento:

*Podemos concluir, que a violência contra a mulher tem sido uma grande vilã,
Chega em forma de gritos, insultos,
Coação, uso da força física e intimidação,
Provocando constrangimento, dor e humilhação,
Deixa marcas que marcam a alma e sangram o coração,
Provoca isolamento, tristeza e solidão,
Mesmo assim, há aqueles que pedem para não “meter a colher”,
Não metem por que não sabem que a violência contra a mulher,
reflete o mundo que a gente quer (Saboia; Correia, 2024).*

Após este primeiro diálogo, extraímos o tema gerador central de nossa experiência dançante. Mediante o entendimento de que a violência por elas sofridas era vivenciada em seus corpos, selecionamos CORPO como tema transversal de diálogos e reflexões de nossa vivência. No meu entender, a escolha do CORPO como tema-gerador transversal de nossos diálogos e reflexões, possibilitou com que as sujeitas participantes do estudo manifestam suas percepções e sentimentos das mais variadas formas no decorrer do encontro (gestos, sorriso, escrita corporal, dança individual e coletiva). Nas esteiras do pensamento freiriano – “[...] não posso pensar sem ser, nem ser sem o meu corpo: através dele, exponho-me a mim próprio, no mundo, ao outros, através dele escapo à solidão dum pensamento que mais não seria do que do pensamento do meu pensamento [...]” (Freire, 1991, p. 51). Demonstrando, a importância de se problematizar o corpo na educação, já que o sujeito como corpo consciente se constitui socialmente, assim como os aprendizados e as opressões.

Em seguida, no Círculo de Cultura com o objetivo de ampliar a comunicação crítica, apresentei as participantes a seguinte situação-problema:

Em um pequeno vilarejo do interior do Estado do Amapá, uma mulher por volta de 48 anos de idade, foi encontrada em situação de cárcere privado, mantida pelo próprio marido, o qual foi preso em flagrante. A mulher relatou aos policiais, que aproximadamente 10 anos, o esposo impossibilitava de manter contato com parentes e vizinhos, era proibida de trabalhar e era submetida aos mais diversos tipos de humilhações. Ao ser questionada pelos policiais porque não denunciava o marido, afirmou que era levada a acreditar que se denunciasse

A dança do ventre como prática de educação física na educação popular com mulheres vítimas de violência na Amazônia amapaense

logo seu esposo sairia da prisão e voltaria para matá-la (Texto fictício criado pelas pesquisadoras/o).

Após leitura cuidadosa do texto, as participantes foram levadas a refletir sobre a situação-problema. No decorrer dos diálogos as participantes do estudo em grande parte, embora que em condições diferentes, viram suas histórias retratadas no texto. Manifestaram-se:

É muito complicado julgar esta senhora, quantas vezes me sinto impotente diante das agressões, quantas vezes me sinto presa em mim mesma, sem saber quem procurar, ou até mesmo se deveria procurar ajuda. A gente se culpa pela situação, no fundo a gente precisa acreditar que vai passar, mas não passa (Participante – 7).

Olhando daqui da vontade de dizer: é mulher que gosta de apanhar! Muita gente pensa assim. É triste, porque não existe ninguém que tenha vontade de apanhar, que goste de sofrer – eu me vejo também neste lugar. Como eu disse no primeiro encontro, a violência é um labirinto que nos aprisiona (Participante – 3).

Hoje eu já consigo me revoltar, já consigo não aceitar, de não permitir, mas entendo o medo dela, a dor dela e seu sofrimento, o que mais queria era poder trazê-la para perto de nós agora e dizer que ela não está sozinha, que ainda que não pareça a justiça funciona sim (Participante – 12).

Como podemos observar, as participantes do estudo viram suas histórias através da trama descrita na situação-problema. O sentimento de empatia ficou visível em seus depoimentos e a vontade de acolher a dor da outra também. Em suas narrativas, podemos observar misturas íntimas de sentimentos como medo, impotência, prisão, tristeza, revolta, dor e sofrimentos que constituíram os afetos principais presentes nas narrativas. Rocha (2005) nos alerta que conceber a violência como um ato isolado, sem dar importância ao fato de que ela se cronifica, sendo difícil enfrentá-la sem uma rede de apoio, sobretudo de políticas públicas, é contribuir para a manutenção de formas de sociabilidade violentas no interior da família e da sociedade. Daí a importância de se instituir redes de apoio sólidas para atendimento às vítimas.

Pela experiência vivida neste momento do Círculo, pode-se dizer que essas dinâmicas metodológicas viabilizam o processo de identificação de problemas vivenciados de forma individual, mas que se assemelham a situações vivenciadas diariamente por diversas mulheres, é um método que permite as pessoas metaforizarem, tendo liberdade para dar

vazão a seus pensamentos, ideias, conceitos, dores, permitindo nesse processo o aparecimento de problematizações (Correia, 2024).

O Observatório da Mulher Amapaense aponta que no período de janeiro a julho de 2023, 1.435 mulheres foram acolhidas pelo centro, sendo que 404 estão sendo acompanhadas pelo. Que embora, as vítimas sejam submetidas a tipos de violências distintas (Física; Psicológica; Emocional; Sexual; Patrimonial e Moral), as marcas deixadas em seus corpos ferem sempre a alma, a moral e a dignidade das mulheres. O que requer, atendimento multiprofissional. O que ratifica a importância do profissional de Educação Física nos Programa de Educação em Saúde com pessoas em condições de vulnerabilidade social, como é o caso das mulheres vítimas de violência. Em relação a essa questão, Lacerda (1998) aponta que o profissional da Educação Física inserido nos Programas de atenção à saúde tende a diminuir a fragmentação da ação e objeto de trabalho, que historicamente reduz a abordagem da saúde (doença) aos saberes biomédicos desarticulados do contexto biopsicossocial.

Bastante afetada emocionalmente com os relatos, busquei compreender quais as estratégias de enfrentamento que as mulheres têm usado para enfrentar ou superar a violência. As falas das participantes 2, 9 e 12, mostram suas estratégias:

[...] a busca por ajuda aqui no CRAM é a principal (Participante – 2).

A vinda ao CRAM, a participação na associação de bairro; o cuidado com a minha saúde física e mental, o falar sobre a violência, por mais dolorido que seja, é importante” (Participante – 9).

Dançar é uma estratégia – através dela me encontro comigo e com o outro, conversar é outra, procurar ajuda é outra, mas eu acho que a principal é reconhecer o problema” (Participante – 12).

Ao definirem as estratégias de enfrentamento, a busca por ajuda no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência – (CRAM), foi unânime entre as mulheres, o que demonstra a importância que esta instituição exerce no acolhimento dessas mulheres e no combate a violência. Além disso, o engajamento em outros espaços como as associações de bairro e o falar sobre a violência tem se constituído como um importante mecanismo para enfrentamento. E por fim, a dança aparece com uma das estratégias.

A dança do ventre como prática de educação física na educação popular com mulheres vítimas de violência na Amazônia amapaense

Como se pode observar, é inegável que o processo de acolhimento que se desenvolve dentro do CRAM, se constitui em uma ferramenta valorosa para que essas mulheres enfrentem a violência. Uma vez que as atividades propostas possibilitam a mobilização, a reivindicação, a luta e a partilha, o dizer a palavra aparece como uma necessidade de existir para elas e o dançar como um momento de encontro consigo e com o outro. A importância atribuída pelas participantes ao CRAM, nos leva a inferir que é de extrema importância observar os fatores que influem no comportamento das pessoas frente à violência para se estabelecer estratégias de ajuda coerente com suas necessidades. Por sua vez, estratégias dialógicas permitem com que as mulheres materializem suas dores em gestos e palavras. O dizer a palavras é condição fundante para o processo de libertação dos sujeitos e princípio fundante da emancipação humana (Freire, 1986).

A dança enquanto manifestação cultural e humana possibilita a expressão de sentimentos, compartilhamento de vivências e reconhecimento de limites e possibilidades (Ehrenberg; Fernandes; Bratfische, 2014). O que tem feito com os programas de educação em saúde utilizarem as danças como estratégia de promoção da saúde com distintos grupos.

Como síntese deste momento, observei a necessidade de instituir um processo de dança que pudesse fazer com que as mulheres vivenciassem em plenitude a dança, que ao dançar, as marcas da violência fossem contornadas em seu movimento corporal, no suor do seu rosto e no encontro com o movimento de outros corpos. Para isso, a dança necessariamente precisaria adentrar ao campo do sensível, relacionar-se ao nascimento, a criação e a fertilidade, ao renascer. Assim, de forma coletiva, escolhemos a dança do ventre – trata-se de uma dança que seus movimentos, compostos especialmente por ondulações abdominais, sinuosos e serpentinos, vibrantes e impactantes, envolvem o corpo todo, e são simbolicamente associados aos ciclos e seres da própria Deusa-Mãe natureza (Jesus, 2022). Na perspectiva das participantes, a dança do ventre é uma dança genuinamente feminina, que prepara o corpo da mulher para gerar a vida, por ser luz gera luz. Além disso, a dança do ventre vem sendo bastante utilizada como instrumento educativo (Junqueira, et al, 2015); de intervenção terapêutica nas práticas integrativas (Santos, 2019) e como ferramenta de promoção da saúde (Souza, 2022).

Desta forma, no Círculo de Cultura realizamos algumas vivências de dança do ventre em si. Nossos encontros iniciavam com alongamento – no contexto da nossa experiência o

alongamento se constituía em uma preparação do corpo para experienciar novos movimentos corporais, ao mesmo tempo que se constituía em um momento percepção do corpo a partir do auto toque e do contato com o corpo do outro.

Nos momentos de alongamento, observava que as participantes apresentavam certa dificuldade de tocar o próprio corpo. Demonstavam receio, vergonha, uma espécie de estranhamento consigo mesmo. Então, eu buscava incentivá-la mediante o meu toque corporal, com uso de palavras de encorajamento. Em alguns momentos usei a estratégia do vedar ou fechar os olhos. Ao pronunciarem a palavra sobre a atividade do alongamento, elas materializavam a dificuldade que tinham de pensar no corpo. Afirmaram:

É estranho, desde criança nunca tive a oportunidade de falar sobre o meu corpo com ninguém (Participante – 1).

Para o povo da Amazônia é complicado falar de corpo, eu mesmo cresci me escondendo, casei e me separei me escondendo, acho que o que já sofri nessa vida foi por conta do corpo (Participante - 10).

É um desafio para nós, acho que todas que estão aqui, quando pensam em corpo pensam em violência. Mesmo eu gostando de dançar, a dança do ventre por exemplo, eu só danço (Participante – 5).

O que as participantes do estudo estão assinalando são as marcas da violência deixada em seus corpos. Em suas palavras, no decorrer de suas existências, seus corpos foram silenciados pela cultura macha presente em nossa sociedade, que agiu diretamente sobre seus corpos – silenciado e excluindo qualquer possibilidade de interação social com e através dele. Dias (2012) apresenta o corpo como construção social e vivenciado das aprendizagens (positivas e negativas). Nesse mesmo sentido, Correia e Borges (2024) apontam que asseveram que a descorporificação das pessoas faz com que elas não aprendam e desenvolvam a linguagem do corpo, tornando-as analfabetas corporalmente, o que significa dizer que os limites da linguagem corpórea dessas mulheres expressam os limites de seus mundos. O que nos leva a inferir que as experiências das participantes com a violência fazem com que elas estabeleçam uma relação de estranhamento e negação do próprio corpo.

Como forma de ampliar as experiências das participantes com seus corpos, realizamos atividades de localização e movimentação de quadril. Inicialmente foi solicitado que elas localizassem o quadril através de movimentos leves e suaves. Neste momento, pedi para que elas se movimentassem pelo salão buscando sentir o movimento de seus quadris.

A dança do ventre como prática de educação física na educação popular com mulheres vítimas de violência na Amazônia amapaense

Ciente de que o corpo é feito de palavras, expressões e comunicações, combinei com elas que naquele momento nos comunicaríamos apenas pela linguagem corporal. A partir de então, o movimento do quadril deu lugar ao movimento das mãos, dos ombros e dos dedos dos pés.

No decorrer da atividade, o corpo se fez gente, a dança foi sendo vivenciada pelo corpo, ampliando de maneira sensível a condição daquelas mulheres de corpo-no-mundo. Ao final da atividade, ainda ofegantes, foram se manifestando: “Aos poucos fui sentindo meu corpo por completo” (Participante – 3). “Que experiência! Eu olhava para as meninas e me comunicava com elas, parece que havia um encontro de movimentos, mas ao mesmo tempo uma direcionava o movimento corporal da outra” (Participante – 4).

Pelos relatos das participantes, podemos perceber os benefícios que a dança proporciona para as pessoas, no caso das participantes – o da percepção do e sobre o corpo. Ainda, a partir desses relatos podemos observar que o binômio: dança/educação, quando entrelaçados ajuda no caso específico das mulheres vítimas de violência a conhecerem seus corpos, a desenvolverem uma consciência corporal e social, e a controlarem seus movimentos. Como podemos observar no relato da participante – 7:

Tentei focar só no quadril, é impossível! Só consegui realizar a atividade quando movimente as outras partes do meu corpo, era como se os músculos e as articulações precisassem ser programados. Eu consigo fazer uma relação com nossa situação – não é só ter ciência que está sendo violentada, é saber o que fazer e onde ir para sair daquela situação. Assim como o quadril sozinho não se movimentou, você, sozinha, não chega a lugar nenhum” (Participante – 7).

Munida da compreensão do corpo como potência do pensamento, lugar de produção de sentidos e criação do mundo (Freire, 1996), no decorrer dos encontros, realizei diversas provocações no sentido de fazer com que aquelas mulheres pudessem visualizar caminhos para juntas e individualmente buscassem sarar as feridas deixadas pela violência.

Com o desenvolvimento dos encontros, apresentei outros movimentos da dança (batida lateral, tremido, básico egípcio, redondo, oito para frente e para trás, oito para cima e para baixo), trabalhei o processo de criação mediante a montagem coreográfica. Confesso que foi lindo testemunhar as possibilidades de criação que foram surgindo, movimentos inéditos, gestos representativos das experiências corpóreas de cada uma, o medo dando lugar a possibilidade, a timidez a coragem, a estranheza a identificação.

Pela experiência vivida, compreendo que realizamos o solicitado por Freire (1996, p. 17) “assumimos uma postura epistemológica diante da criação”. Para Freire, isso não é fundamentalmente artístico ou educativo, é marcadamente humano. Vale dizer, é também artístico, educativo, corporal, LIBERTADOR!

No decorrer dos dez encontros, “adentrei” a triste realidade vivida por mulheres vítimas de violência, mediante a escuta verdadeira me sensibilizei com suas dores, mediada pelo diálogo verbal e corporal busquei encorajá-la e me encorajei com elas.

Portanto, pela experiência vivida, podemos inferir que, a dança do ventre como prática de Educação Física, alicerçada no contexto da Educação Popular em Saúde, demonstra ser uma prática corporal que abre espaço para a compreensão das mulheres vítimas de violência sobre si mesmas e para as circunstâncias em que se vive. Ampliando a dimensão do sensível, entrelaçando ao universo do consciente, se constitui em um importante instrumento ao encorajamento e empoderamento.

Considerações finais

Não gostaríamos de concluir, mesmo porque este artigo se refere a uma pesquisa que ainda não em andamento. Portanto, não se tem respostas prontas, acabadas e sim uma infinidade de perguntas que ainda não foram respondidas. O que temos certeza, é que a violência contra a mulher requer do poder público implantação de políticas públicas amplas e articuladas, que objetivem compreender este problema social em todas as suas expressões.

Que os serviços de apoio, como o CRAM, se constituem em um importante instrumento de acolhimento às vítimas. Que o profissional de Educação Física quando inserido nos Programas de Promoção da Saúde em Instituições de Atendimento à Mulher em situação de Violência, contribui no acolhimento e encorajamento das vítimas, fazendo da vivência das práticas corporais e de atividade física um instrumento de promoção da saúde em distintas dimensões.

Que a dança do ventre como prática de Educação Física, alicerçada no contexto da Educação Popular em Saúde, é capaz de abrir espaço para a compreensão das mulheres vítimas de violência sobre si mesmas e para as circunstâncias em que se vive, se constitui em um importante instrumento de encorajamento, conscientização e libertação.

A dança do ventre como prática de educação física na educação popular com mulheres vítimas de violência na Amazônia amapaense

Como síntese dos aprendizados possibilitados pela pesquisa, podemos dizer que é preciso construir uma sociedade onde não haja trincheiras para qualquer tipo de violência. Especialmente, contra a mulher.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa Participante. In: FERRARO JR., Luiz Antonio (org.). **Encontros e caminhos:** formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministérios do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 259-266. Disponível em: www.mma.gov.br/port/sdi/ea/og/pog/arqs/encontros.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (série E. Legislação em Saúde).

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Por uma cultura da paz, a promoção da saúde e a prevenção da violência** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à violência Contra a Mulher.** Secretaria Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres. Brasília, 2011.

BRAYNER, Flávio (org.). **Educação Popular:** novas abordagens, novos combates, novas perspectivas. Recife. ed. Universidade da UFPE, 2013.

CASIQUE, Leticia Casique e FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Violence against women: theoretical reflections. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 6, p. 950-956, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-11692006000600018>. Acesso em: 23 mar. 2024.

CORREIA, Mesaque Silva. **Alfabetização corporal na perspectiva histórico-cultural:** o processo formativo de professores e professoras na educação física na Amazônia paraense. (Universidade Estadual do Pará – UEPA/ Programa de Pós-Graduação lato Senso em Pedagogia da Cultura Corporal). Belém, 2024.

CORREIA, Mesaque Silva; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. Alfabetização corporal: nova perspectiva para o ensino da Educação Física na escola. **Olhares & Trilhas.** Uberlândia. v. 26, n. 2., jul./dez. 2024.

DEMO, Pedro. **Pesquisa como princípio científico e educativo.** 14 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DENZIN, Norman, K; LINCOLN, Yvonna, S. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIAS, Maria Aparecida. **O corpo na pedagogia de Freinet.** São Paulo: Livraria da Física, 2012.

EHRENBERG, Mônica Caldas; FERNANDES, Rita de Cassia; BRATIFISCHE, Sandra Aparecida. **Dança e Educação Física: diálogos possíveis**. Várzar Paulista: Fontoura, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 20 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

FREIRE, Paulo. **Educação na Cidade**. Paulo: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. O reencontrar o corpo. In: NOGUEIRA, Adriano. **O reencontrar o corpo: ciência, arte, educação e sociedade**. Taubaté: Cabral, GEIC, 1996.

JESUS, Carla Souza de. **Dança do ventre: o sagrado feminino**. 25.f Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Dança). Universidade Federal de Sergipe. Aracajú, 2022.

JUNQUEIRA, Assuélen Nascimento da Silva. Práticas educativas em ambientes socioeducacionais: a situação pedagógica com vítimas de escarpelamento. In: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; SANTOS, Tânia Regina Lobato dos (orgs.). **Caderno de atividades pedagógicas em Educação Popular: relatos de pesquisas e de práticas Educacionais**. Belém-PA: NEP-CCSE-UEPA, 2015.

LACERDA, Eugenia. **O SUS e o controle social: guia de referência para conselheiros municipais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1998.

MELO NETO, José Francisco. Educação Popular: uma ontologia. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; MELO NETO, José Francisco (orgs.). **Educação Popular: outros caminhos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999. p. 31-74.

MORAIS JUNIOR, Henrique. **Educação escolar indígena “Itaputyr” Tembé Tenetehara e o ensino de filosofia: olhar decolonial e intercultural na Amazônia paraense**. 438 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Pará, Belém, 2021.

PERREIRA, Júlio Cesar Rodrigues. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as Ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. São Paulo- SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. **Violência de gênero e políticas públicas no Brasil: um estudo sobre as casas-abrigo para mulheres em situação de violência doméstica**. 2005. 353f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís do Maranhão, 2005.

RODRIGO, Luiz Dias. Como se conceitua Educação Popular. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso; MELO NETO, José Francisco (orgs.). **Educação Popular: outros caminhos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999. p. 11-30.

SANTOS, Meire Izidoro. A dança como intervenção terapêutica nas práticas integrativas e complementares na Rede de Atenção Psicossocial. **XXVIII Congresso de Iniciação Científica da UNESP**. Universidade Estadual de São Paulo, 2019.

SOUZA, Andressa Silva dos Santos. A influência da dança do ventre na promoção da saúde e da qualidade de vida: uma revisão sistemática. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**. ISSN 2178-2091, 2022.

STOTZ, Eduardo Navarro. A educação popular nos movimentos sociais da saúde: uma análise e experiências nas décadas de 1970 e 1980. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 3 n. 1, p. 9-30, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: Edufscar, 2006.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. Redefinido as práticas de saúde a partir da Educação Popular nos serviços de saúde. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão (org.). **Saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de Educação Popular e Saúde**. São Paulo; HUCITEC, 2001. p. 11-19.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Educação Popular: metamorfoses e veredas**. São Paulo: Cortez, 2010.

Nota

ⁱ Poema de autoria das autoras e do Autor do texto (2024). Inspirado na Sociopoética de Jacques Gauthier. Ver em: Gauthier (2011).

Sobre os autores

Samanda Nobre do Carmo Saboia

Licenciada em Educação Física pelo Centro de Ensino Superior do Amapá – CEAP; Educação Física na área de Metodologia do Ensino da Educação Física e Esporte pelo Centro de Ensino Superior do Amapá – CEAP; Mestre em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeu – USJT; Doutoranda e mestre em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeu – USJT.

E-mail: samanda.saboia@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1976-2350>

Bruna Gabriela Marques

Graduada, Mestra e Doutora em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeu. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Física e do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu.

E-mail: bruna.marques@saojudas.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6792-1523>

Mesaque Silva Correia

Licenciado Pleno e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP; Pedagogo pelo Instituto de Ensino Superior do Amapá - IESAP; Licenciado em Educação Física pelo Centro de Ensino Superior do Amapá - CEAP; Especialista em Cultura Corporal pela Universidade do Estado do Pará - UEPA; Mestre e Doutor em Educação Física

pela Universidade São Judas Tadeu - USJT; Doutorando em Educação pela Universidade do Pará - UFPA; Professor da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Docente Permanente do Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI/UNESP).

E-mail: mesquesilvacorreia@ufpi.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0258-7111>

Recebido em: 10/03/2024

Aceito para publicação em: 26/01/2025